

Livro n.º. 7
Folha 164
JK



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2017/04/21

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 21 de abril de 2017

----- Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, no edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a segunda sessão ordinária de dois mil e dezassete da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dezasseis;-----**
- 2. Apresentação e conhecimento do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas;-----**
- 3. Análise e votação de Protocolo de Colaboração entre o Município de Terras de Bouro e a EDP – Distribuição, no âmbito da modernização da iluminação pública (Anexo Um);-----**
- 4. Análise e votação de Proposta de adenda à tabela de obras do contrato interadministrativo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia;-----**
- 5. Análise e votação de declaração de utilidade pública de construções agropecuárias em nome de Maria Pureza Gonçalves da Cruz Rodrigues;-----**
- 6. Análise e votação do Regulamento da Piscina Municipal de Terras de Bouro;---**
- 7. Análise e votação da segunda revisão às Grandes Opções do Plano, Orçamento da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e dezassete, no valor de duzentos e setenta mil, novecentos e sessenta e nove euros;-----**
- 8. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de Setembro.-----**

----- Assumiu a Presidência da Mesa o Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Guilherme Coelho Alves, tendo assumido o senhor Vítor Fernandes o lugar de Primeiro Secretário e o lugar de Segundo Secretário a senhora Maria Alice de Sá e Sousa. -----

----- Esteve presente nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Senhores Vereadores Dr.^a Liliana

Machado, Dr. António Afonso e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta assembleia, num total de vinte e oito, tendo-se registado as faltas justificadas das senhoras deputadas Marinha Esteves e Clara Sousa, que foram respetivamente substituídas nos termos da lei pela senhora deputada Maria Severina Loureiro e senhor deputado Rui Manuel da Costa Luís. Neste capítulo registou-se ainda a ausência, sem substituição, do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Balança. -----

----- Comprovada a existência de "Quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e, logo de seguida, o senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente as justificações dos senhores deputados que se encontram ausentes e a comunicação de desfiliação do senhor deputado Manuel Sousa do Movimento Partido da Terra. Este deputado, doravante, assumirá nesta assembleia a sua posição como deputado independente. O senhor Primeiro Secretário colocou a correspondência e os documentos dirigidos à Assembleia Municipal à disposição para consulta. -----

----- Ainda neste período inicial, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou igualmente da palavra para informar todos os membros da assembleia municipal sobre uma proposta de adesão da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), cujos estatutos, requisitos e valor da quota anual foram remetidos a esta assembleia, tendo colocado à consideração dos membros desta assembleia esta proposta. -----

----- Sobre esta matéria, o senhor deputado José Alberto Martins comunicou a sua concordância quanto à adesão à ANAM, pois considera fundamental a participação em associações representativas dos órgãos autárquicos, pois estas associações contribuem para o enriquecimento democrático e para a aquisição de mais conhecimento sobre as competências e obrigações da Assembleia Municipal.-----

----- Ainda sobre o mesmo assunto, o senhor deputado Filipe Mota Pires manifestou sérias reservas na adesão à ANAM, uma vez que se deve perceber com clareza a utilização das verbas envolvidas na proposta, antes de tomar uma decisão definitiva. De facto, salientou, se todas as Assembleias Municipais do país, que são trezentas e oito, aderirem à ANAM, teremos uma receita anual proveniente de quotas superior a quatrocentos mil euros, o que é manifestamente um montante considerável, e não são visíveis ou evidentes nos documentos da proposta as áreas de atuação da ANAM. Acrescentou que a ANAM editará uma revista, mas mesmo essa tem de ser comprada

por sessenta euros pelas Assembleias Municipais. Falta, efetivamente, informação mais clara na proposta apresentada, concluiu.-----

----- Também o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, Senhor Vítor Mendes, usou da palavra para dizer que será mais prudente analisar toda a informação recebida e só depois tomar uma decisão em conformidade. -----

----- O senhor deputado independente, Manuel Sousa, questionou também o valor calculado para a quota, se poderá ser em função do orçamento do próprio organismo e de como seria importante solicitar mais informações sobre este assunto. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou novamente da palavra para afirmar que, face à documentação recebida e ao seu teor, esta será remetida aos membros desta assembleia para conhecimento e será agendado este assunto para a próxima sessão desta assembleia municipal. -----

----- Posteriormente procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, de dezassete de fevereiro, cuja leitura foi dispensada por unanimidade e não mereceu também qualquer intervenção. Logo de seguida, foi submetida à votação, sendo aprovada por maioria com a abstenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês que não esteve presente na sessão anterior.-----

----- Iniciou-se seguidamente o “Período de Antes da Ordem do Dia” com as intervenções iniciais dos senhores deputados José Alberto Martins, da Coligação “Juntos por Terras de Bouro”, Manuel Sousa (Independente) e Filipe Mota Pires do Partido Socialista. -----

----- Assim sendo, o senhor deputado José Alberto Martins começou a sua intervenção com cumprimentos à Mesa e a todos os presentes para logo de seguida lamentar o facto de, ao longo destes anos de mandato, não lhe ter sido possível exercer como gostaria o direito de oposição. Esta é a conclusão do senhor deputado José Alberto Martins face à falta de respostas satisfatórias em função dos seus pedidos de informação. Exemplo disso, continuou o senhor deputado, é o facto de ter pedido por três vezes a *checklist* das obras suportadas pelo empréstimo de médio e longo prazo contraído em dois mil e dezasseis e respetivo mapa financeiro das mesmas e nada lhe foi facultado, ficando a ideia de que o Senhor Presidente e cita-se “pagou para trás e não para a frente”, fim de citação. Deveria existir, sublinhou o senhor deputado José Alberto Martins, um relatório de avaliação económica para aqui ser discutido entre os deputados e como tal não acontece, ficando a convicção do reduzido direito à informação. Continuando, o senhor deputado aludiu depois à venda

do património municipal, mais concretamente ao terreno do Campo de Tiro de Choreense, tendo lembrado que a Coligação “Juntos por Terras de Bouro” propôs a cedência do edifício existente nesse espaço aos escuteiros locais. A este propósito, lembrou também que o Senhor Presidente da Câmara manifestou, na altura, a sua vontade de entregar o edifício ao Clube de Caça, Pesca e Ecologia de Terras de Bouro, tendo referido que tinha sido essa instituição a construir o edifício. Agora surge o loteamento do Campo de Tiro para futura alienação em hasta pública. Face a esta mudança de planos por parte do Senhor Presidente da Câmara, o senhor deputado pediu esclarecimentos sobre esta situação. -----

----- O senhor deputado Manuel Sousa iniciou logo de seguida a sua intervenção que se transcreve na íntegra:-----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

Senhor Presidente da Câmara,-----

Caros colegas Deputados Municipais, caros cidadãos, -----

A posição tomada em relação à minha desfiliação do MPT foi no seguimento da análise do atual regimento da Assembleia Municipal, onde não detetei nada que impedisse de o fazer sem a perda do mandato que me foi confiado. Na última sessão de Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara comunicou a sua decisão de não se recandidatar à liderança do Executivo Municipal. Não era grande surpresa a notícia; no entanto, tenho a reconhecer a sua coragem em assumir aqui, perante todos, que não foi capaz de mudar o rumo do concelho, que se encontra a perder mais população e num empobrecimento crescente, onde os apoios sociais do executivo são a forma de ajuda à subsistência da população. Será um trabalho ainda mais complicado, e cada vez mais, com a passagem dos anos. Como venho falando ao longo de quatro anos, e a provar pelas contas de 2016, o executivo municipal foi gerindo despesas correntes. O único ponto que aqui não ouvimos foi o último parágrafo da sua declaração que veio publicado nos órgãos de comunicação social – fica aqui esta curiosidade.” Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado independente Manuel Sousa.-----

----- Seguidamente foi a vez do senhor deputado do Partido Socialista, senhor Filipe Mota Pires, que, depois dos cumprimentos iniciais a todos os presentes, começou por se referir ao flagelo dos fogos florestais, este ano, infelizmente, bem mais cedo do que o normal e em maior extensão do que nos anos anteriores. O senhor deputado reafirmou a enorme preocupação que existe com esta situação pois e cita-se “é um flagelo que destrói um dos maiores valores do nosso território que é o património

natural". Outro assunto abordado pelo senhor deputado Filie Pires foi a excelente marca da atividade turística registada no concelho durante o mês de abril, o que se regista face ao trabalho que as várias entidades envolvidas têm desenvolvido nesta área, nomeadamente o Município. No entanto, sublinhou o senhor deputado, deverão ser tomadas medidas informativas e preventivas, nomeadamente no campo da segurança, para se evitarem os acidentes nos trilhos e nas cascatas, de forma a não se prejudicarem as empresas e os operadores turísticos. É pois urgente uma preocupação atempada com estes objetivos de segurança. Por último, o Senhor Deputado referiu o problema da recolha do lixo durante o período de verão, alertando para a necessidade de adoção de medidas que minimizem este problema, pois não se podem repetir as situações de acumulação de lixo verificadas no verão passado. -----

----- De seguida, iniciou-se o primeiro período de respostas e esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal aos senhores Deputados. -----

----- Assim, para responder à intervenção do senhor deputado José Alberto Martins, o Senhor Presidente referiu que o assunto do "direito de oposição" e as considerações do Senhor Deputado sobre o mesmo carecem de objetividade. Estranha que este assunto só agora seja colocado na sessão da Assembleia Municipal, já em final de mandato autárquico. Estranha ainda porque sempre prestou as informações solicitadas pelos deputados municipais e nunca houve nenhuma relutância da sua parte em fornecer todas informações, bem pelo contrário. Assim, considera que as considerações do Senhor Deputado não têm oportunidade nem sustentabilidade. Só se justificam tais considerações pela aproximação das eleições autárquicas, tudo servindo para criticar a atuação do Presidente da Câmara. Continuando, o Senhor Presidente abordou o empréstimo de médio e longo prazo contraído pelo Município em dois mil e dezasseis. O montante do empréstimo foi sempre bem discriminado e comunicado com clareza aos membros desta assembleia em todas as sessões em que esse assunto foi colocado. Contudo, uma vez que o Senhor Deputado José Alberto Martins solicita a lista das obras financiadas por esse empréstimo, o Senhor Presidente comprometeu-se a enviar essa lista ao Senhor Deputado antes da próxima sessão desta assembleia. Já no que diz respeito à alienação do terreno do Campo de Tiro de Chorense, que se encontra desativado e sem qualquer possibilidade de voltar a funcionar devido à proximidade de várias habitações, foi anteriormente apresentada pelo Senhor Presidente a esta assembleia uma opinião pessoal para a oferta do edifício existente nesse recinto ao Clube de Caça, Pesca e Ecologia de Terras de

Bouro, pois foi essa instituição que o construiu. Ao proceder-se, agora, ao loteamento do Campo de Tiro para alienação dos lotes em hasta pública, pretende-se criar condições para a fixação de pessoas no concelho. O Senhor Presidente acrescentou que, após a venda dos lotes, seria de inteira justiça que o executivo municipal e a assembleia municipal aprovassem uma proposta para atribuir o resultado da venda de um lote ao Clube de Caça, Pesca e Ecologia de Terras de Bouro. -----

----- Depois, e já sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Sousa, o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou a sua total discordância com as afirmações de empobrecimento ou fraco desenvolvimento no concelho. Pelo contrário, há provas evidentes da valorização do turismo, da agricultura, do património, da qualidade de vida, etc. O único “empobrecimento” do concelho é a perda de população, mas é um problema que, infelizmente, afeta todo o interior do país. É um problema nacional que deve ter soluções nacionais, sublinhou o Senhor Presidente. Por último, sobre as suas declarações proferidas na última sessão desta assembleia sobre a sua decisão de não se candidatar ao cargo de presidente da câmara e a qualquer cargo autárquico, o Sr. Presidente referiu que tem o direito de prestar as declarações que considerar convenientes à Assembleia Municipal e de complementar essas declarações quando é abordado pela comunicação social. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado Filipe Pires, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que o problema dos fogos florestais é algo que sempre o preocupou. As medidas de prevenção dos fogos florestais são esporádicas e é necessário a concretização de um plano nacional eficaz no âmbito da Proteção Civil. Já no que diz respeito à necessidade de melhorar a segurança dos turistas e visitantes, o Senhor Presidente informou que está em curso a colocação de resguardos e de apoios em locais de difícil acesso ou que apresentem perigosidade, de modo a evitar os acidentes. Por último, no que diz respeito à recolha do lixo durante o período de verão, o assunto já foi abordado numa reunião dos acionistas da BRAVAL, cuja direção se comprometeu a organizar melhor essa recolha para que no próximo verão não se repitam os problemas de acumulação do lixo nos locais de recolha. Para isso, a direção da Braval não irá conceder férias aos funcionários da recolha do lixo durante o verão, de modo a evitar a falta de pessoal, que foi a causa dos problemas com o lixo no verão passado. Deste modo concluiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal este primeiro período de intervenções e de respostas. -----

----- Entrou-se de seguida no segundo período de intervenções. A intervenção seguinte foi da responsabilidade do senhor deputado da CDU, senhor Alexandre Pereira, que, depois dos cumprimentos iniciais a todos os presentes, pediu informações ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a situação da gestão do Parque Nacional pelos cinco municípios que integram esta área protegida e se já há medidas concretas nesse sentido. Questionou ainda a divulgada criação pelo ICNF de mais duas equipas de sapadores florestais no concelho de Terras de Bouro para atuarem na área do PNPG, tendo alertado para a necessidade de uma efetiva reivindicação no processo de seleção dos sapadores florestais, de modo a favorecer os candidatos residentes no concelho. Relativamente a uma questão levantada nesta sessão pelo senhor deputado José Alberto Martins, da Coligação “Juntos por Terras de Bouro”, no que diz respeito ao estatuto de direito da oposição e às queixas apresentadas, o senhor deputado Alexandre Pereira afirmou que a CDU tem mais razões de queixa do que o PSD, pois este partido tem dois vereadores no Executivo Municipal e a CDU não. Ora, assim sendo, têm acesso a mais informação e de forma mais atempada, enquanto a CDU só tem acesso à documentação fornecida para as sessões da assembleia municipal. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Manuel Cerqueira, da Coligação “Juntos por Terras de Bouro”, apresentando cumprimento à Mesa e a todos os presentes, para logo depois abordar a temática do turismo de natureza e como seria importante que os trilhos pedestres estivessem em condições de ser utilizados, concretamente o trilho número treze, em Valdosende, que é uma situação com vários problemas que se arrastam no tempo, a começar pela marcação do trilho que está errada e engana os pedestrianistas, criando situações confrangedoras, uma vez que se perdem no mesmo, o que só contribui para a desvalorização da atividade turística no concelho. De seguida, o senhor deputado aludiu também aos problemas com o abastecimento de água em Vilarinho e no Assento, na freguesia de Valdosende, e se tais problemas serão resolvidos em breve. Por último, o senhor deputado Manuel Cerqueira referiu-se ao anunciado investimento no Bairro da Caniçada e se tal investimento será concretizado com a recente venda da Pousada da EDP no mesmo local. -----

----- Seguidamente pediu a palavra o senhor Vereador Dr. António Afonso, que lhe foi concedida, para se referir e cita-se “a um ano excecional na receção tardia dos documentos para as reuniões do Executivo, muitas vezes apresentados em menos de

vinte e quatro horas ou até na própria reunião, o que se lamenta, não permitindo a avaliação atempada dos assuntos”, fim da citação e da intervenção do senhor Vereador Dr. António Afonso. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal reassumiu a palavra para comentar a intervenção do senhor Vereador Dr. António Afonso, tendo afirmado que todos os assuntos de maior importância ou relevância, como planos de atividades, orçamentos municipais, relatórios de gestão, revisões orçamentais, etc., normalmente são entregues aos elementos da oposição com o tempo necessário à sua apreciação. Reconhece que em algumas reuniões do órgão executivo, nos últimos meses, os documentos de trabalho e da ordem do dia não foram enviados com o tempo mínimo de quarenta e oito horas, mas normalmente são assuntos de rápida apreciação e de fácil deliberação. -----

----- Sobre o mesmo assunto, o senhor Vereador Dr. António Afonso voltou a pedir a palavra, que lhe foi concedida, para referir que a distribuição tardia dos documentos para as reuniões dos órgãos autárquicos não tem possibilitado que os membros da Coligação “Juntos por Terras de Bouro”, tanto do órgão executivo como do deliberativo, possam assumir posições conjuntas e devidamente fundamentadas sobre as matérias em apreciação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para responder desta feita à intervenção e às questões do senhor deputado Alexandre Pereira. Começou por esclarecer que ainda não está definido o modelo de gestão do PNPG e de que forma os municípios terão uma participação nessa gestão. É já certo que os cinco municípios que integram o PNPG terão assento no órgão de direção do Parque Nacional e que terão um maior “peso institucional” na decisão de muitas matérias, sobretudo ao nível económico, social e cultural. A presença dos municípios é, só por si, muito importante e pode ser decisiva na orientação de muitas atividades e decisões. Sobre a criação de duas equipas de sapadores florestais em cada um dos cinco municípios do PNPG, o que significa a criação de dez equipas no total, ou seja, a criação de quarenta postos de trabalho na área do PNPG, o Senhor Presidente congratulou-se com esta decisão do Governo e aproveitou para informar que estão abertas as inscrições para elementos destas equipas até ao dia vinte e três de maio, na sede da *ADERE-PG*, na Ponte da Barca, ou através da internet. Importa realçar, sublinhou o Senhor Presidente, que estamos a falar da criação de quarenta postos de trabalho na área do PNPG, cerca de oito postos de trabalho por município, e importa também sublinhar a importante tarefa que esses elementos florestais irão realizar na

prevenção e no combate aos incêndios florestais e nas missões de socorro e busca de pessoas feridas ou perdidas, sublinhando o que de muito positivo se conseguiu para os cinco municípios da área do Parque Nacional. -----

----- Quanto à intervenção do senhor deputado Manuel Cerqueira, o Senhor Presidente informou que já tinha comunicado à equipa municipal responsável pelos trilhos a situação do trilho em questão, para que os problemas sejam resolvidos definitivamente. Quanto às falhas no abastecimento de água, o executivo em permanência tem consciência dos problemas que surgem nesse setor durante o verão e, por isso, tem resolvido várias situações no concelho, sendo certo que o abastecimento de água no lugar do Assento, em Valdosende, já está resolvido, mas ainda não foi possível resolver todos os problemas no lugar de Vilarinho. Relativamente à alienação da Pousada da EDP, no Bairro da Caniçada, em Valdosende, o Senhor Presidente irá explicar a situação na apresentação do ponto sete da ordem de trabalhos, onde este assunto também se insere, adiantando já, para responder ao Senhor Deputado, que a Pousada foi alienada, em hasta pública, pelo montante de duzentos e trinta e um mil euros e que já houve um investimento no Bairro da EDP na ordem dos noventa e oito mil euros, estando em curso um investimento de mais quarenta e dois mil euros nessa área. O Senhor Presidente da Câmara Municipal abordou também a importância da implementação das áreas de reabilitação urbana (ARU) no concelho, uma das quais no Bairro da Caniçada, e de como essa medida traz e trará mais investimentos e fundos comunitários com participações significativas (oitenta e cinco por cento) para o concelho. -----

----- Ainda na sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou com ênfase a abertura da agência da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo na Vila do Gerês e de como foi importante a sua ação junto dos responsáveis daquela instituição, pois só após várias reuniões, onde também participou o Presidente da ATAHCA, Prof. José Mota Alves, a quem muito agradece, foi possível, contra a atual conjuntura e em contraciclo com uma política vigente de encerramento de balcões bancários, que a CCA decidisse e o Banco de Portugal autorizasse a abertura de uma nova dependência bancária na Vila do Gerês. Após o encerramento do balcão do Novo Banco naquela Vila, no início do ano de dois mil e dezassete, foi possível, em menos de quatro meses, inaugurar uma nova agência bancária, no mesmo local da agência anterior. Um voto de confiança e uma vitória para o Gerês. O Senhor Presidente lamentou profundamente que este assunto, tão importante para o Município, não

tivesse sido abordado nesta sessão, pois nenhum deputado municipal o referiu nas suas intervenções, o que de todo não se compreende, dado o seu impacto positivo na vida económica do concelho e sobretudo na Vila do Gerês. “Lamentável esquecimento ou ocultação intencional” concluiu. -----

----- No que diz respeito ao alegado “empobrecimento do concelho”, que alguns apregoam, o Senhor Presidente disse que basta consultar as vinte e nove Revistas Municipais no Arquivo Municipal, publicadas entre janeiro de dois mil e dez e abril de dois mil e dezassete, para avaliar a obra que foi feita nos últimos sete anos, em todos os setores de ação e de responsabilidade da Câmara Municipal, concluindo que essas revistas são “um verdadeiro manual de boas práticas de uma autarquia”. -----

----- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, não se registando qualquer intervenção. -----

----- Terminado este período de “antes da ordem do dia”, entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos com os seguintes pontos:-----

- 1. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dezasseis;**-----
 - 2. Apresentação e conhecimento do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas;**-----
 - 3. Análise e votação de Protocolo de Colaboração entre Município de Terras de Bouro e a EDP – Distribuição, no âmbito da modernização da iluminação pública (Anexo Um);**-----
 - 4. Análise e votação de Proposta de adenda à tabela de obras do contrato interadministrativo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia;**-----
 - 5. Análise e votação de declaração de utilidade pública de construções agropecuárias em nome de Maria Pureza Gonçalves da Cruz Rodrigues;**-----
 - 6. Análise e votação do Regulamento da Piscina Municipal de Terras de Bouro;**---
 - 7. Análise e votação da segunda revisão às Grandes Opções do Plano, Orçamento da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e dezassete, no valor de duzentos e setenta mil, novecentos e sessenta e nove euros;**-----
 - 8. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro.**-----
-

----- No que diz respeito ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, “**Análise e votação dos Documentos de Prestações de Contas relativos a 2016**”, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para proceder à apresentação destes “Documentos”. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o acompanhamento e colaboração do Dr. Paulo Antunes, dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral e Finanças do Município de Terras de Bouro, apresentou uma exposição detalhada sobre os documentos de prestação de contas, acompanhada da exibição de um *powerpoint*.-----

----- Terminada a exposição do relatório de atividades e contas do Município, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para quem desejasse comentar ou avaliar a apresentação dos documentos de prestação de contas que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de expor. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre o primeiro ponto, pediu a palavra o senhor deputado independente Manuel Sousa, tendo feito a intervenção que se transcreve na íntegra:-----

----- *“Como deputado municipal cabe-me fazer o papel político/contabilista”. Este órgão e o papel que representa obriga-me a solicitar esclarecimentos ao longo destes anos. A nossa apreciação tem de ser emocional e racional ou então os relatórios de contas não serviam para nada. Ainda bem que não há “bandalheira” na execução de taxas. Mau seria se continuasse a existir depois dos alertas efetuados. A melhoria dos resultados de um milhão negativos para 724 mil Euros tem influência devido ao empréstimo? Dívidas a fornecedores de 50 mil Euros aumentam para 149 mil Euros. Estes valores são elegíveis para o empréstimo? A que se deve 68 mil Euros em cobrança duvidosa, o que lá está incluído? Os pagamentos que existem em detalhe, muitos deles no final do ano são mesmo obras do último trimestre ou são pagamentos antigos por faturar? Como está o pagamento da dívida da New Hoppe, antiga ACF, que tenho vindo a referir anualmente? Referiu o Sr. Presidente, anteriormente, que o parque geriátrico e infantil na sede do concelho teve um custo a rondar os 58 mil euros. Se as máquinas foram oferecidas, é um valor justificável para as obras de intervenção efetuadas? Uma redução de 1%, em relação a 2015, das dívidas a instituições de crédito não justificam o que sempre critiquei - o pedido de empréstimo de 500 mil Euros no ano de 2016. O Sr. Presidente valoriza as políticas sociais e educativas, que como referi anteriormente, são um ponto positivo nesta gestão que*

não contesto. Esta despesa infelizmente é necessária porque existem pessoas que precisam, mesmo que sejam as pessoas que mais poupam, como o senhor referiu há pouco; se existe um elevado gasto com os apoios sociais significa que as pessoas realmente precisam e significa que afinal a população está pobre e não o contrário. O valor social que a piscina e o ginásio representam corresponde a custos de quase 100 mil Euros por ano para uma receita de 13200 Euros/ano; o mesmo acontece com os saldos do Clube de Saúde/CAT. Temos de pensar em rentabilizar melhor estes espaços para que estes não representem cada vez mais um encargo excessivamente pesado para a autarquia. O Parque da Vila de Terras de Bouro, a reabilitação urbana na Vila do Gerês em candidatura até 31/05, quando nos prometeu há vários anos, que estava em curso. 53,95 % das despesas correntes continua a ser com o pessoal; baixou mas sabemos que continua a ser o destino dos fundos deste município. Trata-se de um orçamento de gestão do dia-a-dia, onde gostaríamos de mais projetos para o futuro. O que fica para o futuro, só a História o poderá dizer. A título pessoal gostaria que fosse algo de positivo porque nem tudo foi mau, poderia é ser muito melhor. Uma nota final de elogio à equipa de trabalho que elaborou a informação e gestão, à parte das opções políticas tomadas e que com as quais nem sempre concordo.” Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado independente Manuel Sousa. -----

----- Logo de seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Dr. Paulo Antunes, dirigente da UAGF, que respondesse às questões colocadas pelo senhor deputado Manuel Sousa sobre o relatório de gestão. Assim, usando da palavra, o Dr. Paulo Antunes esclareceu que a melhoria dos resultados financeiros de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis não tem qualquer suporte no empréstimo de médio e longo prazo contraído em dois mil e dezasseis, no montante de quinhentos mil euros. Não é verdade que a dívida a fornecedores tenha aumentado de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis, como refere o Senhor Deputado. O montante de cobranças duvidosas diz respeito a dívidas ao Município com pouca probabilidade de serem cobradas e que se encontram em atraso há mais de seis meses. Os pagamentos efetuados no final do ano dizem respeito a obras de dois mil e dezasseis. O plano de pagamento da dívida da empresa *New Hoppe* ao Município está a ser integralmente cumprido. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara retomou a palavra para abordar as obras do Parque Geriátrico e de Lazer na sede do concelho, com um investimento no montante de cinquenta e oito mil euros, justificado pelos autos de medição. Importa referir que estas obras obrigaram à construção de diversos muros de betão armado, de

dimensões muito consideráveis, para suporte de terras e que agora esses muros só são visíveis na sua parte superior, não sendo possível, através do que é visível à superfície e sem um verdadeiro conhecimento dos trabalhos realizados, fazer uma avaliação do montante despendido. -----

----- O primeiro ponto da ordem de trabalhos, "*Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dezasseis*", foi logo depois colocado à votação e aprovado por maioria, com quatro abstenções, três dos senhores deputados da Coligação PSD/CDS "Juntos por Terras de Bouro" e do senhor deputado municipal independente, Manuel Sousa.-----

----- De seguida e como segundo ponto da ordem de trabalhos, foi dado a conhecer pelo Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal o **Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas**, que não foi alvo de intervenções e considerado como conhecido. -----

----- No que diz respeito ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, "**Protocolo de Colaboração entre Município de Terras de Bouro e a EDP – Distribuição, no âmbito da modernização da iluminação pública (Anexo Um)**", o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que procedeu à apresentação e explicação do referido protocolo. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre este ponto, não se registaram intervenções, sendo desde colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Relativamente ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, "**Proposta de adenda à tabela de obras do contrato interadministrativo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia**", o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que fundamentou a apresentação da proposta da referida adenda.-----

----- Aberto o período de inscrições sobre este último ponto, não se registaram intervenções, sendo desde colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, e já sobre o quinto ponto da Ordem de Trabalhos, "**Declaração de utilidade pública de construções agropecuárias em nome de Maria Pureza Gonçalves da Cruz Rodrigues**", o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu mais uma vez a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que explicou a necessidade da apresentação e aprovação desta declaração à semelhança de situações anteriores que aqui já foram apresentadas e deliberadas favoravelmente.-----

----- Aberto novamente o período de inscrições sobre o quinto ponto, não se registaram intervenções, sendo desde colocado à votação e aprovado por maioria, com a abstenção do senhor deputado municipal independente, Manuel Sousa.-----

----- Continuando a sessão, e agora sobre o sexto ponto da Ordem de Trabalhos, **“Regulamento da Piscina Municipal de Terras de Bouro”** o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu mais uma vez a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que, face às recomendações do Senhor Provedor de Justiça sobre este regulamento, o documento foi assim revisto e alterado, estando depois em período de discussão pública para apresentação formal a esta assembleia, o que agora sucede. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre o sexto ponto da ordem de trabalhos, não se registaram intervenções, sendo desde colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

----- No que diz respeito ao sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, **“Segunda revisão às Grandes Opções do Plano, Orçamento da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e dezassete no valor de duzentos e setenta mil, novecentos e sessenta e nove euros”**, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que explicou o teor da revisão e respetivos valores envolvidos.--

---- Aberto o período de inscrições sobre o sétimo ponto, usou da palavra o senhor deputado José Alberto Martins para ler a declaração de voto da Coligação PSD/CDS “Juntos por Terras de Bouro”, documento apenso a esta ata e respetivo arquivamento para consulta e constatação se tal se tornar necessário, onde se justifica a opção de voto que irá ser apresentado.-----

----- De seguida, o sétimo ponto foi colocado à votação, sendo aprovado por maioria, com os votos contra de dois deputados da Coligação PSD/CDS “Juntos por Terras de Bouro” e a abstenção da senhora deputada Sónia Coura e do senhor deputado municipal independente Manuel Sousa.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou novamente da palavra para esclarecer a verba de trinta e sete mil euros concedida para as obras de remodelação da Piscina de Paradela, tendo informado sobre a existência de um protocolo de colaboração entre o Município, a EDP-Produção e a Associação Sociocultural e Desportiva de Valdosende. -----

----- Por último e no que diz respeito ao oitavo ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente procedeu à apresentação da situação económica e financeira do Município

no período em questão, referindo os montantes da receita e da despesa do Município até ao dia doze de abril: receita cobrada no valor de dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta euros e sete cêntimos e despesa efetuada no valor de dois milhões, cento e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e três euros e vinte e três cêntimos.-----

----- De seguida, o senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação das atividades do município realizadas entre o dia vinte e um de fevereiro e o dia desta sessão. -----

----- Referiu então, e sobre a Divisão de Obras Municipais, que estão em elaboração estudos e projetos para submissão de candidaturas a fundos comunitários, assim como o estudo de uma via pedonal entre as Pontes de Rio Caldo e a Vila do Gerês e ainda a reabilitação de diversos pavimentos rodoviários. Continuando a sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara comunicou e abordou ainda os seguintes assuntos: o desfile de Carnaval que animou e encheu as ruas da sede do concelho, as atividades do Centro Municipal de Valências, do Núcleo Museológico no Campo do Gerês e do Serviço Municipal de Apoio ao Agricultor; a 5.ª Edição do Festival de Caminhadas; as atividades do Projeto Bem Envelhecer; o Festival de Bandas Filarmónicas no Campo do Gerês; a Semana da Leitura; o Peneda Gerês *Trail Adventure*; a Exposição Pintar a Páscoa e o anúncio do Fim de Semana do Cabrito Biológico da Serra do Gerês, entre 5 e 7 de maio, e já no fim de semana próximo o evento desportivo “Ultra Trail da Geira Romana”. -----

----- Ainda neste período final, o Senhor Presidente procedeu a uma declaração relativa à sua situação financeira presente e futura do Município, tendo alertado os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para executarem obras, que necessitem do apoio financeiro do Município, só quando as mesmas forem deliberadas pelo Executivo Municipal. -----

----- Sobre esta declaração e sobre este último assunto (obras nas freguesias), o Senhor Presidente da União de Freguesias de Cibões e Brufe pediu a palavra para questionar o Senhor Presidente e cita-se “se podemos contar consigo nestes últimos quatro meses?”, fim de citação e intervenção.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu de imediato que os Presidentes das Juntas podem contar com o seu apoio, a sua atenção e a sua disponibilidade até ao final das suas funções autárquicas, referindo que muito brevemente dará provas da atenção que dedica às freguesias. -----

----- Neste período final da sessão, registaram-se ainda as intervenções do senhor deputado Filipe Mota Pires e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga.-----

---- Assim, o senhor deputado Filipe Mota Pires quis relevar uma situação que considera muito importante, mesmo decisiva para a economia da Vila do Gerês, que é a abertura da dependência da Caixa de Crédito Agrícola na Vila do Gerês, fazendo um *mea culpa* por não ter abordado o assunto anteriormente e simultaneamente apresentar um reconhecimento e um agradecimento pelo esforço de todas as entidades envolvidas no processo. -----

----- Por último, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, Senhor Vítor Mendes, também sobre este mesmo assunto, sublinhou a sua satisfação pela solução encontrada, que se revela muito importante para a freguesia de Vilar da Veiga e para o concelho, deixando o seu reconhecimento pessoal pelo empenho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, assim como o papel de outras entidades e da própria Caixa de Crédito Agrícola, pela disponibilidade demonstrada para a concretização da abertura de uma agência bancária no Gerês. A Freguesia de Vilar da Veiga está reconhecida e agradece o empenho de todos os intervenientes, concluiu.-----

----- Sendo zero horas e trinta minutos horas, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme José Coelho Alves

O Secretário da Assembleia Municipal

Paulo Ângelo Santos

